



Moratória da Soja contribui para conter o desmatamento do Bioma Amazônia

15 de abril de 2009

O segundo ano do monitoramento da Moratória da Soja, realizado na safra desse ano, compreendeu um levantamento de campo, principalmente por meio de sobrevôos, em 630 áreas desflorestadas após julho de 2006, com o objetivo de verificar “in loco” o uso e ocupação do solo nas áreas selecionadas. Foram identificados plantios de soja em apenas 12 polígonos localizados em 10 propriedades, demonstrando que a expansão da produção de soja no Bioma Amazônia tem sido inexpressiva e que a Moratória tem cumprido o seu papel principal de inibir o desmatamento nesta região de biodiversidade diferenciada.

A soja desses 12 polígonos não será comprada por nenhuma indústria, cumprindo assim o compromisso assumido, e totalizam uma área desflorestada de 2.157 hectares, dos quais 1.385 hectares foram plantados com soja. A título de comparação o monitoramento deste ano abrangeu 157.898 hectares desflorestados.

A Moratória tem colaborado na conscientização dos produtores rurais para a necessidade de conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais. As associadas da ABIOVE e ANEC não irão adquirir a soja produzida nestas propriedades que não observaram a Moratória.

O Monitoramento cumpre também uma função estratégica de proporcionar informações atualizadas e confiáveis sobre a dinâmica de uso e ocupação das áreas abertas recentemente. Estão disponibilizadas no site www.abiove.com.br imagens de satélite, fotos panorâmicas e aproximadas de todos os 630 polígonos monitorados. A transparência é total.

A metodologia foi definida pelo subgrupo de monitoramento

Os levantamentos de campo foram executados entre dezembro de 2008 e março de 2009 pela empresa Globalsat Sensoriamento Remoto que já havia sido contratada pelo setor produtivo no primeiro ano do monitoramento. O ponto de partida para a seleção dos novos polígonos de desmate que foram visitados foi a análise das imagens de satélite do sistema PRODES 2008, fornecidas pelo INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (www.obt.inpe.br/prodes/index.html). Além disso, definiu-se que todos os polígonos monitorados no ano passado também foram incluídos.



Foram aplicados os critérios definidos pelo subgrupo de monitoramento, composto por empresas, associações empresariais e organizações da sociedade civil. Destaca-se que só foram selecionados aqueles polígonos que estavam localizados em municípios que plantaram pelo menos 5.000 hectares de soja na safra 2.007/08 e/ou 2.008/09 conforme estimativas do IBGE ou projeções realizadas pelo subgrupo.

Outro critério foi focar os trabalhos de campo em polígonos superiores a 100 hectares, tendo presente a complexidade da execução do levantamento de campo em tão curto espaço de tempo e o custo envolvido. Adicionalmente dois outros elementos dão sustentação ao critério de área mínima de 100 hectares: o estudo do Professor Morton e o resultado do projeto piloto do ano passado semelhante ao dos polígonos maiores não indicaram a necessidade de monitorar polígonos menores do que 100 hectares.

A partir das imagens do PRODES 2.008 foram selecionados 365 polígonos, todos com mais de 100 hectares, que juntos totalizaram uma área de 108,1 mil hectares. Agregaram-se 195 polígonos acima de 100 hectares originários do PRODES 2.007 e 70 polígonos menores de 100 hectares, que correspondem ao projeto piloto do ano anterior executado em Feliz Natal, União do Sul e Vera. Foram necessárias mais de 250 horas de sobrevôo para cobrir os 630 polígonos e obter provas do uso e ocupação do solo. Seria impossível executar tal número de visitas através de deslocamento por terra, tendo presente as dificuldades de acesso e o intervalo de tempo entre o desenvolvimento da lavoura e a colheita.

No primeiro ano do monitoramento da Moratória não foi constatado plantio de soja nos 265 polígonos que foram objeto de verificação de campo.

A soja não é plantada no primeiro ano

Dos 12 polígonos que plantaram soja em área desflorestada após julho de 2006, 7 estão localizados no município de Feliz Natal (MT), 2 em Dom Eliseu (PA), e 1 em Gaúcha do Norte (MT), Sinop (MT) e Querência (MT). Feliz Natal é um “hot spot” do desmatamento e foi escolhido pelas ONGs para o projeto piloto. 5 polígonos são do projeto piloto do ano passado que abrange as áreas menores de 100 hectares, 6 polígonos são do PRODES 2.007 e somente 1 polígono se refere a desmate de 2.008.

A distribuição dos dados nos leva a duas conclusões principais:

a) a soja não está sendo plantada no primeiro ano de abertura de novas áreas (é necessário limpar o terreno e corrigir a acidez do solo), confirmando a hipótese definida;



b) o plantio também ocorreu em polígonos menores de 100 hectares nas áreas críticas de desmatamento (o INPE registrou um crescimento forte dos desflorestamentos em áreas com até 100 hectares).

A partir desses dados, o subgrupo de monitoramento poderá investigar se é procedente a suspeita de que haveria uma mudança de tendência, e as grandes propriedades estariam desmatando pequenas extensões contíguas às áreas de produção, para não serem detectadas pela fiscalização oficial e pelo monitoramento da Moratória. Todavia outra hipótese é que os desmates de pequenas áreas busquem atender a legislação ambiental. Uma parcela expressiva da área das fazendas está comprometida com a reserva legal. A título de exemplo, de uma área total de 6.746 hectares correspondente aos 7 polígonos do município de Feliz Natal, 3.182 hectares estão legalmente destinados à reserva ambiental obrigatória e não podem ser utilizados para atividades produtivas.

Produtores do Mato Grosso licenciam as propriedades na SEMA

Todos os sojicultores do Mato Grosso estão em processo de licenciamento junto ao órgão ambiental do Estado, conforme consulta ao site do SIMLAM sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (<http://monitoramento.sema.mt.gov.br/simlam/>). Isto indica que as propriedades estão cadastradas na Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e apresentaram pedidos de licenciamento da atividade produtiva nos quais demonstram o cumprimento da legislação ambiental brasileira, como a manutenção de reservas legais e áreas de preservação permanente. Estão sendo coletadas as informações das duas propriedades do Estado do Pará.

Compradores rejeitarão soja produzida nas áreas desmatadas

Está sendo implementado um conjunto de ações estratégicas. A ABIOVE e ANEC divulgaram aos seus associados, de forma reservada, para não criar desconforto, as propriedades que plantaram soja em áreas desflorestadas após julho de 2.006. As empresas participantes irão transmitir um sinal firme aos produtores de soja. Não irão comprar soja oriunda destas propriedades, apenas receberão eventuais volumes pré-financiados adquiridos antecipadamente à divulgação da lista, conforme documentos comprobatórios. A ABIOVE disponibilizou o relatório final do monitoramento em seu site www.abiove.com.br.



O GTS quer melhorias na governança do Bioma Amazônia

Em paralelo aos trabalhos do monitoramento da Moratória é importante que sejam agilizadas as medidas de aperfeiçoamento das políticas públicas que propiciem uma melhor governança, e em especial aquelas relacionadas à Moratória da Soja:

- a) Promoção e apoio à implementação do cadastro e licenciamento ambiental das propriedades rurais, com prioridade para os municípios produtores de soja no bioma Amazônia, em conjunto com os órgãos estaduais de meio ambiente;
- b) Apoio e promoção à implementação do Zoneamento Econômico Ecológico nos estados da Amazônia Legal em conjunto com as instâncias estaduais;
- c) Produção do mapa do Bioma Amazônia na escala adequada para o monitoramento das propriedades rurais nele inseridos;
- d) Cooperação com os demais órgãos de governo, propugnando em fóruns internacionais pelo desenvolvimento de programas de incentivo à produção sustentável com remuneração por serviços ambientais

O GTS é composto por ABIOVE, ANEC, ADM, Amaggi, Bunge, Cargill, Conservação Internacional, Greenpeace, IPAM, TNC e WWF Brasil. A coordenação do GTS é compartilhada por Carlo Lovatelli – Presidente da ABIOVE e Paulo Adario – Diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace.

São Paulo, 15 de abril de 2009.